Sumário da sessão de 1.10.2018 “A crítica da crítica crítica”

A sociologia profissional surge com o New Deal, a política dos EUA para recuperar da falência do capitalismo de 1929. Face ao desemprego generalizado, a terra das oportunidades teve de se reinventar. Fê-lo através do projecto de uma sociedade motorizada (em vez dos comboios) que permitisse aos trabalhadores viverem como se fosse no campo, em casas de periferia urbanizada. O tempo que as mulheres costumavam passar a tratar da lide doméstica, pode ser transferido para fazer compras, através dos eletrodomésticos. Grande parte do tempo de laser – que fora conquistado pelas lutas pela redução do horário de trabalho – foi transferido para tempo de transporte personalizado e sem alternativa. A General Motors, como então se dizia, era América. O fordismo era o nome do sistema de trabalho industrial modelo.

Este modelo construído entre guerras, foi pressionado pela II Grande Guerra a acelerar a produção – agora de máquinas de guerra – quando os homens partiam para a Europa. O pleno emprego esgotou-se e as mulheres tiveram que participar no esforço de guerra, substituindo os homens, até então com exclusividade de acesso ao trabalho. No fim da guerra, nem as mulheres quiseram voltar para casa, nem o nível de vida norte-americano (altíssimo comprado com a destruição da vida na Europa) suportaria mais consumo, pois a superprodução do tempo da guerra tornou-se sobreprodução. A Europa serviu de novo território para a especulação capitalista e, nesse papel, a reconstrução de uma Europa arrasada foi usada para reforçar a ressurgimento do capitalismo, a partir do seu novo centro, os EUA. O modo de vida norte-americano foi exportado, através do plano Marshall, para a Alemanha, a França, o Reino-Unido, o Benelux, Itália e outros países, com excepção do Sul da Europa, onde regimes ditatoriais resistiam até que entraram, nos anos 80, na CEE.

David Harvey explicou como a urbanização tem sido o modo clássico da aliança do capitalismo com o estado se reinventar, através da valorização especulativa do território – que ao passar de rural para urbano cria dinheiro do nada para distribuir entre os empresários da economia paralela, o estado e os políticos que tornam as leis em matéria dúctil aos interesses dos amigos, como mostram as experiências grega, portuguesa e espanhola a respeito da corrupção que todos sabiam existir mas só na altura própria (para quem manda) foi usada pela justiça.

A guerra e ao negócios de armas (segredos de estado) para produzir a destruição generalizada para depois reconstruir do zero, através de uma das indústrias menos politicamente dúcteis, a construção civil, ambas (guerra e urbanização) conduzidas por interesses financeiros próximos da política e do estado, são os esteios da especulação capitalista: o modelo de sociedade que deve alvo da apologia dos media (e também das ciências sociais) para ganhar a confiança popular para os empreendimentos de segurança e modernização que valorizem as propriedades – reais e imaginárias, terras e pedaços de papel ou símbolos electrónicos – das classes dominantes.

Os sociólogos foram usados como novo grupo profissional quando as profissões não operárias começaram a tornar-se forma de contrapor socialmente aos operários um estatuto social de mérito intelectual dos alegadamente mais capazes. Com as novas capacidades produtivas e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, apesar das tarefas hercúleas de reconstrução pela frente, havia que, por um lado, conquistar os corações populares para a lógica das benfeitorias e, por outro lado, era preciso ocupar mais gente com tarefas administrativas e burocráticas que tornassem a oposição, a ideia de uma sociedade comunista que se tinha contraposto ao capitalismo no século XIX, uma ideia ultrapassada.

O keynesianismo previa a distribuição de recursos de acesso ao consumo como forma igualmente funcional, para activar o capitalismo. Anteriormente apenas a produção – de armas, de guerras, de cidades – era entendida como input para estimular o que a partir da II Grande Guerra se chamou crescimento económico, isto é, da estatística do PIB. Essa distribuição criou a base financeira para a construção de escolas de sociologia e saídas profissionais para sociólogos, aproveitadas por gente habituada a servir as classes dominantes e empregada sobretudo como funcionários: dizem muito mal de tudo e todos nos corredores, ruídos de inveja da liberdade dos chefes e dos políticos, mas sempre deferentes e resignados à sua condição de superioridade perante o povo, os utentes dos seus serviços, frequentemente em dificuldades (senão não recorreriam ao estado).

Talcott Parsons, o líder da sociologia norte-americana e, de facto, de toda a sociologia actual (apesar do ignaro e cínico estado de negação dos sociólogos) distinguiu o trabalho teórico do trabalho prático. Desde as aulas até à vida profissional, criou-se uma hierarquização de qualidade académica versus profissional que ainda hoje continua a marcar profundamente a vida das ciências sociais, apesar das contestações – que começou logo com Merton, seu discípulo dilecto e refilão. Como na tropa, criaram-se escolas com chefes. Os protestos contra o regime cognitivo autoritário foi sendo diluído através da hiperdisciplinaridade: cada refilão passou a estar autorizado a criar a sua própria subdisciplina, com uma revista, uma cadeira ou mestrado, um grupo de trabalho numa das associações de sociólogos. Cada um poderia passar a ser o Parsons da sua quinta, na condição de não questionar a teoria dominante.

Ainda hoje, qualquer sociólogo deve ser especializado e, desse ponto de vista particular, torna-se o mais crítico da teoria social dominante (Parsons) sem jamais se atrever a denunciar ou romper com o edifício universitário profissionalizante (e intelectualmente castrador), sob pena de tornar inviável a sua revista, a sua cadeira, o seu mestrado e o convívio com os seus colegas. Nenhum sociólogo – isso é lei, que pode ser comprovada por cada um – aceitará reconhecer que a sociologia e as ciências sociais são uma vigarice intelectual. Tal perspectiva é simplesmente repugnante para tais mentalidades e, evidentemente, fora de qualquer hipótese de financiamento do estado que mantém as ciências sociais vivas.

Cabe às ciências sociais, desde o New Deal, impedir a laboração da filosofia social – a imaginação do que seja uma sociedade melhor – e criar um campo centrípeto, qual buraco negro, para onde todas as críticas são atraídas e destruídas a toda a velocidade. Fá-lo com o financiamento do estado, de modo incompreensível para os ditadores e as ditaduras, que têm outros modos de tratar com os dissidentes.

Em resumo: as tarefas do estado para recuperar a confiança da sociedade para a reformulação da aliança do estado com o capitalismo foram e são assessoradas por cientistas sociais que dirigem as universidades de ciências sociais – nem ciências nem estudiosas das sociedades – como forma de centralizar e nacionalizar o filantropismo e as iniciativas de auto-organização dos trabalhadores. As universidades ocupam a juventude, que em tempos de guerra era mobilizada para as batalhas. A sua profissionalização como funcionários públicos, para reduzir o desemprego e acompanhar a reintegração de outros desempregados, serviu para reestabelecer a aliança entre o estado e a sociedade, agora transformando legalmente todos – incluindo trabalhadores e mulheres – em cidadãos, iguais entre si perante o estado e a lei, como eram os burgueses no século XIX. Claro, que foi preciso criar leis para os trabalhadores, e mais tarde lei especiais para o todo o tipo de géneros sociais que se reconheceram como especialmente, desigualmente, oprimidos. Esse é a forma através da qual as desigualdades se tornam legais, como se fosse a sociedade que produzisse as desigualdades e não fosse o capitalismo, assessorado pelo estado, quem criasse a propriedade e todas as desigualdades supervenientes.

As lutas contra as desigualdades reproduzem, em sociedade, aquilo que é a dinâmica centrípeta acima descrita entre as disciplinas e subdisciplinas das ciências sociais. Todas lutam por um lugar de destaque, por exemplo, à mesa da concertação social, organizando-se em associações de ongs sectoriais competindo entre si por financiamentos em que são concorrentes.

Os dirigentes das ciências sociais, os autores que devem ser citados para que cada escola reconheça e certifique o mérito de quem escreve ou fala no campo da sua especialidade, são pastores de admiradores que entendem por teoria aquilo que os mestres escreveram, como se fossem bíblias. Toda a discussão, de crítica à teoria dominante ou às teorias especializadas, se tornam relativas: são produzidas – pensam os ignaros profissionais das ciências sociais – por inimigos das ciências sociais (como os neoliberais, por exemplo) ou por candidatos a algum posto de liderança (nesse caso, o problema é com os dirigentes e não com os praticantes: eles que se entendam!).

Temos, portanto, o estabelecimento das ciências sociais por via universitária caracterizadas por formar funcionários públicos, técnicos contribuintes para o desenho de políticas públicas, em princípio de reintegração social, que os políticos e os dirigentes das ciências sociais (divididos por escolas, umas de esquerda crítica e outras de esquerda realista ou construtiva, os pessimistas e os optimistas). A menos que se tenha obtido algum lugar de responsabilidade (conseguido pelos espertos que perceberam que antes de saber, conhecer, a finalidade das ciências sociais é obedecer, propor formulas teóricas ou prática de apologia da situação, pintada como modernidade) os profissionais são pessoas desorientadas, mais ou menos conformadas com as injustiças com que se confrontam pessoal e profissionalmente, como se fosse o melhor dos mundos possíveis alguma vez existente.

Os cursos de sociologia – os com fama de teoricamente mais consistentes e exigentes – são cursos que têm uma mão cheia de cadeiras teóricas, fora das quais nenhuma discussão teórica existe, a não ser a obediência ao professor de turno. O relativismo, a ideia de que todas as ideias têm os mesmo valor, pois ele, na prática, depende da performatividade, depende da capacidade de sedução da escrita ou da oralidade ou até do aspecto físico do sociólogo, sem surpresa, tornou-se dominante. Não há ciência qua medre em tais condições.

Estando nós a viver uma situação de profundas alterações, na sequência de nova falência do capitalismo global, haverá – ou não – condições intelectuais para estabelecer um regime científico disponível e empenhado para estudar a sociedade. É nessa esperança que se propõe a criação da escola para além das ciências sociais, no quadro da qual este encontro se realiza.

Na primeira sessão ocupamos a maior parte do tempo a interpretar uma apresentação cunhada pela Ciência Viva sobre “O que é a Sociologia?”

1. Notamos como o texto começa por se referir ao quotidiano para, no segundo parágrafo, saltar sem aviso, como se fosse a mesma coisa, como se fosse natural, como se nunca tivesse sido de outra forma, para o mundo do controlo institucional sobre as pessoas, de quem se espera conformismo e conformidade.
2. A definição do objecto de estudo não inclui a sociedade. Foi substituída pelas relações entre indivíduos, pela oposição dos indivíduos à sociedade. Na prática, a desconsideração do estudo da aliança moderna entre estado e sociedade, que, porém, na verdade, é o pressuposto não explícito, negado, de esquerda, que caracteriza o espírito dos sociólogos e de que depende a profissão. Como modo de limpar, recuperar, reciclar, enterrar, o lixo humano abandonado pela aliança do estado com o capitalismo. Em nome da modernidade divinizada e do sacrifício de todos por dias melhores, que nunca mais acontecem. Já lá vão cem anos, ou mais.
3. Lá vem as desigualdades sociais como arma secreta, subdisciplina que é, de facto, teoria dominante mas, como qualquer funcionário, se queixa de os poderes instituídos não prestarem atenção suficiente. Sugerindo, de forma absurda, que algum dia os seres humanos foram ou poderão vir a ser, ou até que seria bom que fossem, iguais entre si. Truque de linguagem para iludir (mostra as desigualdades e esconde a discussão sobre as igualdades, actualmente reconduzida sistematicamente à igualdade de género, por sua vez resumida às leis de quotas nos parlamentos ou nas administrações).
4. Segue a explicação das razões pelas quais as ciências sociais não são ciências: porque os investigadores estão dentro do seu objecto de estudo, como se não tivessem também dentro da natureza; porque devem fazer um esforço, sempre difícil, para se distanciarem dos seus alvos de estudo, como é recomendável (para os interesses manipulatórios dos estados) que os polícias trabalhem em meios sociais que desconheçam, para não sentir as torturas em que colaboram contra as populações; porque a ideologia está sempre presente e trai o conhecimento, isto é, o serviço dos interesses dominantes que se borrifam para o conhecimento e querem é ver fluir os seus interesses mais imediatos; porque a ideologia é para os políticos, escolas de sociologia e os seus lideres, e não para o vulgar sociólogo, que deve aprender a meter-se no seu lugar: agradar aos superiores.
5. A hierarquização dos saberes, com a arbitrariedade no posto de comando, fica muito clara quando o texto distingue a opinião não certificada sociologicamente, ainda que informada e razoável, da certificada pela sociologia. O discurso sociológico é apresentado como o resultado singular de uma actividade profissional e institucionalmente organizada, cujos resultados práticos a favor do público é omitida, por indecente e má figura. Um quarto dos europeus, segundo os números oficiais, vivem hoje abaixo do limiar de pobreza. Dizem que nos EUA é pior.
6. A deontologia é referida como um normativo de relações entre os sociólogos e o público, enquanto informantes, como se o trabalho do sociólogo se resumisse à investigação de tipo criminal, para que tudo o resto fique na mesma.
7. Segue queixando-se do desprezo do estado para com a profissão (não a reconhece como legítima para ensinar as crianças e jovens no ensino pre-universitário). Coitadinhos.
8. Acaba reclamando a sua oposição platónica ao autoritarismo emergente na política mundial, consciente de que tais tendências políticas produzem, historicamente, muito desemprego entre os sociólogos e outros trabalhadores sociais.

Nota 1: A crise de 1929 ou de 2008 constituem a falência do capitalismo? Ou as crises são planeadas e executadas pelos grandes banqueiros, para delas extraírem ainda mais poder, eliminar a concorrência e consolidar os seus oligopólios, como pode ser comprovado? De facto, na crise de 1929 faliram 16.000 bancos nos EUA, mas o núcleo duro do capitalismo saiu grandemente reforçado. Mas não só há conspirações bem-sucedidas. Por exemplo, a família Espírito Santo, em Portugal, reuniu à sua volta muitos conspiradores (aliás como o BPN, o BCP, a CGD e outros) mas faliu: institucional e pessoalmente, enquanto banqueiros. As crises são criadas, de forma regular, mesmo quando não há falências: como dizem os economistas, o núcleo duro da economia (capitalista) é a escassez. Mas é também a confiança (dos povos no estado, nos mercados, nas tecnologias). Por vezes, as crises coincidem com as falências ou com a falta de confiança. No caso do New Deal, os capitalistas foram penalizados com impostos de mais de 90% durante alguns anos e os bancos ficaram impedidos de misturar clientes com projectos de fomento. Regras entretanto abandonadas, por se imaginar não haver riscos que não pudessem ser tratados tecnicamente pelos financeiros, os seus algoritmos e as conspirações (divisão entre níveis sociais, em que os debaixo não fazem ideia do que se passa no nível superior, como se explica que é para o que as licenciaturas de ciências sociais servem).

Nota 2: foram as ciências sociais, entronando a economia como a ciência sem emoções, um dos instrumentos de propaganda da superioridade ontológica e ideológica dos capitalistas. A ideia de que a Razão é capaz de se substituir a Deus na gestão do mundo (que os capitalistas não criaram mas transformam, exploram, à sua vontade) é lisonjeira para a capacidade do “Homem”, mas irrealista. Os capitalistas navegam à vista. As universidades das ciências sociais dispuseram-se a dar sentido cósmico, religioso (como a mão invisível dos mercados) ao poder (de origem popular, entregue a Terceiro Estado) burguês. A economia ganhou prestígio de ser capaz de manipular tudo e todos, sobretudo a partir das finanças e das tecnologias aplicadas nos negócios. Mas isso é retunda mentira. A racionalidade empresarial não é razoável: é a capacidade de mobilização desenvolvida pelas sociedades modernas de apoio aos empresários e às suas propriedades privadas, nomeadamente meios de produção e mercadorias, que transforma em razão a simples dominação social pela força, pela chantagem. Qualquer empresa depende radicalmente da capacidade dos seus trabalhadores de desenrascarem, a favor dos patrões, as diferentes contradições laborais, fiscais, profissionais, etc., que é o trabalho de cada um. São os trabalhadores, ao “vestir a camisola”, quem torna razoável a dominação e a exploração, sem nenhuma razão ou razoabilidade que o justifique a não ser a submissão, que é o dia-a-dia da vida empresarial.

A experiência laboral mostra a irracionalidade permanente e persistente da actividade de administração, cuja primeira finalidade é a construção da dominação a pretexto do apoio político real do estado e das outras empresas a esse estado de coisas.

É certo que é uma táctica de administração, para com os trabalhadores e os concorrentes, fazer choradinhos sobre as dificuldades permanentes do trabalho dos administradores, como se fossem trabalhadores (conversa que se houve também dos profissionais (mais) independentes). E que depois do fim do capitalismo baseado nas empresas familiares, passou a ser possível manipular as sociedades anónimas e até beneficiar da respectiva falência. Mas quem beneficia das falências enterra não apenas os trabalhadores que deixam de ter postos de trabalho, mas também os concorrentes (neste caso, os coassociados nas empresas falidadas). No tempo da aristocracia, matavam-se primos e irmãos: no tempo da burguesia entregam-se primos e irmãos à polícia ou à falência antecipada, como os bombeiros fazem contrafogos. Não há é razão para dizer que as falências são meras conspirações da burguesia para subsistir. Ainda que sejam, eventualmente, conspirações, elas podem correr mal e, em qualquer caso, têm consequências.

O que raramente acontece – mas isso é outro tema – é a responsibilização dos responsáveis. Dada a separação entre o nível social da “política”, da decisão arbitrária, incluindo aqui as decisões das administrações das empresas, e os níveis sociais profissionais (onde se colocam os licenciados em ciências sociais) e subordinados, que promovem a razão possível no meio da exploração e da violência, falar da racionalidade da gestão pública ou privada é referir uma disputa ideológica, entre a esquerda e a direita do regime keynesiano e iludir a irracionalidade fundadora da actual vida social: a adoração do crescimento do PIB e da subordinação das sociedades à economia.